

NOVO GOVERNO

Na diplomação de Lula e Alckmin, presidente do TSE atrai os holofotes ao deixar claro que Justiça alcançará todos os que atentaram contra a democracia

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



No discurso na diplomação de Lula, um alinhamento com o presidente eleito nas críticas as milícias digitais que tentaram desestabilizar o pleito

Moraes avisa: radicais serão responsabilizados

» LUANA PATRIOLINO
» TAÍSA MEDEIROS

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, por pouco não rouba a cena na cerimônia de diplomação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do vice Geraldo Alckmin (PSB) pelo duro discurso que proferiu. Ele deixou claro que punirá os que tentaram tumultuar as eleições, por meio das chamadas “milícias digitais”.

A entrada de Moraes no Plenário do TSE, para dar início à cerimônia de diplomação, por si só chamou a atenção. Foi longamente aplaudido — e de pé. Pouco depois, o ministro iniciou o pronunciamento afirmando que o evento de diplomação simboliza o encerramento de um ciclo. “A Justiça Eleitoral tem a honra de recebê-los, no Tribunal da Democracia, para a celebração da vitória da democracia, do respeito ao Estado de Direito e da fiel observância da Constituição Federal”, disse.

O presidente do TSE chamou atenção para os insistentes ataques ao Estado Democrático de Direito e à liberdade de imprensa, e para a existência de grupos criminosos organizados na internet com a finalidade de atentar contra as instituições.

“Seguindo a cartilha autoritária e extremista daqueles que no mundo todo não respeitam a democracia e o Estado de Direito, também no Brasil grupos organizados atacaram a independência do Poder Judiciário disseminando ‘desinformação’ e discurso de ódio contra seus membros e familiares, inclusive ameaçando-os verbal e fisicamente”, observou. Moraes classificou os envolvidos nas milícias digitais de “criminosos”. E prometeu punir com rigor os responsáveis por fake news e ataques às instituições.

“Esses extremistas, autoritários, criminosos não conhecem o Poder Judiciário brasileiro. O Poder Judiciário brasileiro com coragem, o Poder Judiciário brasileiro tem força, o Poder Judiciário tem serenidade e altivez e manteve sua independência e

imparcialidade, garantindo o respeito ao Estado de Direito e realizar eleições limpas, transparentes e seguras, concretizando mais uma etapa na construção de nossa democracia”, assegurou.

O ministro disse que as redes sociais foram desvirtuadas “por extremistas, no intuito de desacreditar as notícias veiculadas pela mídia tradicional”. Destacou, ainda, a importância do trabalho do jornalismo profissional.

“Os extremistas criminosos atacam a mídia tradicional para, desacreditando-a, substituir o livre debate de ideias garantido pela liberdade de expressão e pela liberdade de imprensa por suas mentiras autoritárias e discriminatórias”, salientou.

Recado

As falas de Moraes foram interpretadas como um recado direto ao presidente Jair Bolsonaro (PL), que, em diversas ocasiões, atacou o ministro. “A Justiça Eleitoral se preparou para combater com eficácia, eficiência e celeridade os ataques antidemocráticos ao

Estado de Direito e os covardes ataques e violências pessoais a seus membros e de todo o Poder Judiciário”, disse.

Moraes citou o trabalho e a preparação da Justiça Eleitoral durante o pleito. E destacou as gestões dos ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin — que o antecederam à frente do TSE.

Ele também destacou a iniciativa da Corte de criar uma comissão de transparência para atestar a confiabilidade das urnas eletrônicas — que Bolsonaro e seus seguidores tentaram desacreditar. “O Tribunal Superior Eleitoral abriu suas portas para instituições e organismos nacionais e internacionais, ampliou os mecanismos de fiscalização e confiabilidade e possibilitou amplo acesso a todas as etapas do calendário eleitoral”, disse.

E acrescentou: “Mais uma vez, como era de se esperar, ficou constatada a ausência de qualquer fraude, qualquer desvio ou mesmo qualquer problema. Jamais houve uma fraude”, completou o ministro.



A diplomação da chapa presidencial eleita consiste no reconhecimento da lisura do pleito eleitoral e na legitimidade política conferida soberanamente pela maioria do povo brasileiro por meio do voto direito e secreto”



Estabilidade democrática e respeito ao Estado de Direito significam observância fiel à Constituição, pleno funcionamento das Instituições e integral responsabilização de todos aqueles que pretendiam subverter a ordem política, criando um regime de exceção”



Esses extremistas, autoritários, criminosos não conhecem o Poder Judiciário brasileiro. O Poder Judiciário brasileiro com coragem, Poder Judiciário brasileiro tem força, o Poder Judiciário tem serenidade e altivez”



Concentraram-se de maneira vil e torpe nos ataques, ameaças e todo tipo de coação institucionais ao Poder Judiciário e pessoais aos seus membros, em especial no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral”

Grupos temáticos recebem diagnósticos

» VINICIUS DORIA

Os coordenadores do governo de transição recebem, hoje, os relatórios finais dos 31 grupos temáticos que trabalharam desde o início de novembro na elaboração de diagnósticos do governo federal e na sugestão de medidas para os 100 primeiros dias da futura gestão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. O redesenho da Esplanada dos Ministérios está quase fechado. Algumas definições saíram no

fim de semana, como a de dividir o atual superministério da Economia em quatro: Fazenda (com o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad como ministro); Planejamento e Orçamento; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Gestão e Governo Digital.

A divisão do ministério já havia sido informada pelo **Correio** na semana passada. No último fim de semana, a reportagem apurou que o nome mais cotado para assumir a pasta do Planejamento é o da coordenadora

do grupo correlato no governo de transição, Esther Dwek, ex-secretária de Orçamento no governo de Dilma Rousseff.

Haddad anuncia, hoje, alguns nomes da equipe do ministério — que deverá perder o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o novo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Os demais bancos estatais permanecerão sob o guarda-chuva da Fazenda. O nome mais cotado para assumir dirigir o BNDES é

o do atual coordenador dos grupos temáticos da transição, Aloísio Mercadante (PT-SP).

Na área da Defesa, o futuro ministro José Múcio Monteiro se encontra hoje com o atual titular da pasta, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, para tratar da sucessão no comando das Forças Armadas. Só depois dessa conversa é que serão oficializados os nomes dos novos comandantes, que já foram escolhidos pelo critério de antiguidade. **(Colaborou Rosana Hessel)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

kleber sales



Diplomação de Lula simboliza a derrota do golpismo

O discurso do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, na cerimônia de diplomação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi um duro recado aos golpistas que apoiam o presidente Jair Bolsonaro (PL) de que a democracia venceu, ancorada no Estado Democrático de Direito e, em especial, nas urnas eletrônicas, que garantiram eleições livres e limpas.

O choro de Lula ao dizer que sua eleição representou a reconquista da democracia pelo povo e que pretende exercer seu mandato em nome da “normalidade institucional” e da “felicidade”, sinaliza a intenção de superar o processo de radicalização que pautou as eleições e ainda ronda sua posse na Presidência. Entretanto, nada foi mais simbólico de que estamos virando a página do golpismo do que a chegada de Lula, ao lado da primeira-dama Rosângela, a Janja, pelo corredor formado pelos Dragões da Independência para receber o novo presidente da República.

Não fosse a emoção de Lula, o discurso de Alexandre de Moraes teria roubado toda a cena. A atuação do presidente do TSE à frente do processo eleitoral foi decisiva para garantir a realização das eleições e seus resultados. Antes, durante e depois do pleito, se considerarmos o pedido de anulação do segundo turno das eleições apresentado levemente pelo PL, por exigência de Bolsonaro.

Vale a pena rever alguns trechos do discurso de Moraes: 1) “Ficou constatada a ausência de qualquer fraude, qualquer desvio ou mesmo qualquer problema. Jamais houve uma fraude constatada nas eleições realizadas por meio das urnas eletrônicas, verdadeiro motivo de orgulho e patrimônio nacional”; 2) “A Justiça Eleitoral se preparou para garantir transparência e lisura das eleições. A Justiça Eleitoral se preparou para combater com eficácia ataques antidemocráticos ao Estado de Direito, e os covardes ataques e violências pessoais aos seus membros e de todo o Poder Judiciário”; 3) “Os extremistas criminosos atacam a mídia tradicional para, desacreditando-a, substituir o livre debate de ideias garantido pela liberdade de expressão e pela liberdade de imprensa por suas mentiras autoritárias e discriminatórias; 4) “Coube à Justiça Eleitoral, estudar, planejar e se preparar para atuar de maneira séria e firme, no sentido de impedir que a ‘desinformação’ maculasse a liberdade de escolha das eleitoras e eleitores e a lisura do pleito eleitoral”.

É tudo verdade. A atuação da Justiça Eleitoral garantiu condições de normalidade ao pleito, mesmo diante de fatos que tinham por objetivo alterar o seu resultado, como o bloqueio de estradas e avenidas por forças policiais para restringir o acesso de eleitores às urnas, fatos que Moraes tirou por menos ao proclamar os resultados da eleição, mas nem por isso devem ser varridos para debaixo do tapete. O pedido de anulação do pleito, prontamente rechaçado, o bloqueio das estradas pelos caminhoneiros, financiada por empresários bolsonaristas, e as manifestações ainda em curso à porta dos quartéis, que pedem uma intervenção militar, são fatos que continuam sendo investigados por Moraes.

Desafios

Diplomado, Lula se depara com dois desafios: montar um governo para atender às expectativas populares e contar com suficiente apoio no Congresso. Uma coisa depende da outra. Com o vice-presidente Geraldo Alckmin, prestigiadíssimo, os ministros que anunciou até agora configuram um bom estado-maior (Fernando Haddad na Fazenda; Rui Costa na Casa Civil; Flávio Dino na Justiça; José Múcio Monteiro na Defesa; e Mauro Vieira nas Relações Exteriores), mas não representam o arco de forças políticas que precisa ser organizado para que o governo tenha amplo respaldo no parlamento, no mercado e na opinião pública.

Por enquanto, é um Clube do Bolinha. Há que completar o governo com mais mulheres. Até agora, a única é a cantora e produtora cultural Margareth Menezes no Ministério da Cultura. Confinar mulheres e negros ao “lugar de fala” é uma armadilha, as políticas públicas universalistas são aquelas que atendem às necessidades básicas da população, na saúde, na educação, na habitação, na cidadania, na segurança pública etc. Ainda há muita expectativa em relação aos futuros ministros das áreas econômicas do governo, como Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura. E salta aos olhos a ausência de quadros que foram decisivos na campanha de Lula, como a presidente do PT, Gleisi Hoffman, o ex-senador Aloizio Mercadante, o ex-prefeito Emídio de Souza ou o deputado Rui Falcão. O governo precisa ter um perfil de centro-esquerda, porém o PT não pode ser sub-representado. Isso seria um fator de crise igual ou até maior do que a exclusão dos setores de centro que apoiaram o governo no segundo turno.

A propósito, a grande ausência na diplomação de Lula foi a de Simone Tebet, a candidata do MDB que teve um papel decisivo no segundo turno. Qualquer que seja a desculpa, é um fato significativo. Ainda mais se levarmos em conta que o presidente do Cidadania, Roberto Freire, um velho desafeto de Lula, compareceu à cerimônia.